

EDITORIAL

O campo da Educação tem explorado, de distintas maneiras, questões relativas à vida em quilombos. Muitos estudos são dedicados ao tema de como se dão os processos educativos – ditos não formais – nestas comunidades ou como se dão as práticas pedagógicas e a construção do currículo em escolas localizadas em quilombos ou em suas imediações. Estas produções, que se amparam num referencial teórico das Ciências Sociais, em particular da Antropologia, e, normalmente, tomam como método a Etnografia, põem em evidência conhecimentos fundamentais sobre o que são as comunidades quilombolas, seus modos de vida e a dificuldade de acesso a seus direitos. Ao darem voz às histórias da remanescente quilombola ou como se deu o processo de certificação, estas produções tomam como propósito a reflexão mais ampla sobre a dimensão política que se enuncia com a construção de um objeto desta natureza. De que maneira o tratamento do tema *quilombolas* tem colaborado para aumentar a visibilidade destes sujeitos enquanto sujeitos de reconhecimentos normativos? O que se sabe sobre suas lutas pelo resgate de territórios? Que questões, neste sentido, têm sido relevantes para o campo da educação?

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) vem produzindo, ao longo de mais de 20 anos, um conjunto expressivo de trabalhos sobre o tema: participação em laudos antropológicos, cursos de extensão, monografias, dissertações e teses sobre a vida nas comunidades negras rurais da Bahia e os modos de diálogo entre a educação escolar e as especificidades étnico-culturais das comunidades quilombolas. As produções reunidas no departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Uneb vêm ampliar a perspectiva de dar visibilidade às “comunidades tradicionais”, historicamente marginalizadas, como quilombolas, indígenas, assentados, comunidades pesqueiras. Assim, o tema deste dossiê, organizado por José Maurício Arruti (Unicamp) e Marcos Luciano Messeder (Uneb), se alinha com o perfil de produções da Uneb e vem reforçar a perspectiva da defesa dos grupos oprimidos e subalternizados, ao dar visibilidade a realidades específicas de quilombos no Brasil.

Este dossiê foi finalizado num momento em que o Brasil experimenta a ausência de diálogo e de políticas efetivas voltadas para o atendimento dos direitos de grupos minoritários. Em meados de agosto deste ano, lideranças quilombolas e indígenas acamparam em Brasília, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para aguardar o resultado do julgamento de ações ligadas à demarcação de terras. Nesta sessão plenária do STF, que foi suspensa, deveria ter sido julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), proposta pelo Partido Democratas (DEM), com o objetivo de derrubar o decreto 4.887/2003, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu regras para identificação e demarcação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. No aguardo de avanços – e não retrocessos –, exprimimos nossa posição, através dos artigos aqui publicados, de compromisso com os remanescentes quilombolas, acreditando que a universidade é também o lugar de fortalecimento de lutas pela manutenção de direitos já obtidos na Constituição.

Agosto de 2017

Lívia Fialho Costa
Editora Científica

**Temas e prazos dos próximos números da Revista da FAEEBA:
Educação e Contemporaneidade**

Nº	Tema	Prazo de submissão	Lançamento	Coordenadores
50	Educação e Acessibilidade Cultural	30/07/2017	Setembro/Dezembro 2017	Luciene Maria Santos – UNEB Admilson Santos – Faced/UFBA

EDITORIAL

The field of education has explored, in different ways, issues related to life in *quilombos*. Many studies are devoted to the theme of how the educational processes - non-formal ones - are given in these communities or how the pedagogical practices and the curriculum are constructed in schools located in or near the *quilombos*. These productions, which are based on a theoretical reference of the Social Sciences, in particular Anthropology, and usually take Ethnography as method, reveal fundamental knowledge about what the *quilombola* communities are, their ways of life and the difficulty of access to their rights. By giving voice to the stories of the remaining *quilombola* or how the certification process took place, these productions take as their purpose the broader reflection on the political dimension that is enunciated with the construction of an object of this nature. In what way has the treatment of the *quilombolas* theme collaborated to increase the alertness of these subjects as subjects of normative acknowledgments? What is known about their struggles for the territories rescue? What issues in this regard have been relevant to the field of education?

The State University of Bahia (UNEB) has been producing, throughout more than 20 years, an impressive set of works on the subject: participation in anthropological reports, extension courses, monographs, dissertations and thesis on life in rural black communities of Bahia and the modes of dialogue between school education and the ethnic-cultural specificities of the *quilombola* communities. The productions gathered in the Department of Education and the Graduate Program in Education and Contemporaneity of UNEB, expand the perspective of giving visibility to the “traditional communities”, historically marginalized, as *quilombolas*, Indigenous people, settlers, fishing communities. Thus, the theme of this dossier, organized by José Maurício Arruti (UNICAMP) and Marcos Luciano Messeder (UNEB), aligns with UNEB’s production profile and reinforces the perspective of the defense of oppressed and subalternized groups, by giving visibility to the specific realities of *Quilombos* in Brazil.

This dossier was finalized at a time when Brazil is experiencing the absence of dialogue and effective policies aimed at meeting the rights of minority groups. In mid-August this year, leaders of the *quilombola* and indigenous peoples took shelter in Brasília, in front of the Federal Supreme Court (STF), to safeguard the outcome of the trial of actions related to land demarcation. In this suspended STF plenary, the Direct Action on Unconstitutionality (ADIN), proposed by the Democratic Party (DEM), should have been tried, with the objective of overturning the 4.887/2003 decree of President Luiz Inácio Lula da Silva, which established rules for the identification and demarcation of lands occupied by remnants of the *quilombola* communities. We are waiting for advances, not setbacks; we express our position, through the articles published here, of a commitment to the remaining *quilombolas*, believing that the university is also the place to strengthen the efforts to maintain the rights already obtained in the constitution.

August, 2017

Livia Fialho Costa
Scientific Editor

**Themes and terms for the next journals of Revista da FAEEBA:
Educação e Contemporaneidade**

N°	Theme	Submission deadline	Publication date	Coordinators
50	Education and Cultural Accessibility	07/30/2017	September/December 2017	Luciene Maria Santos – UNEB Admilson Santos – Faced/UFBA

EDITORIAL

El campo de la Educación ha explorado, de distintas maneras, cuestiones relativas a la vida en quilombos (comunidades negras). Muchos estudios se dedican al tema de cómo se dan los procesos educativos -no formales- en estas comunidades o cómo se dan las prácticas pedagógicas y la construcción del currículo en escuelas ubicadas en quilombos o en sus inmediaciones. Estas producciones, que se amparan en un referencial teórico de las Ciencias Sociales, en particular de la Antropología y normalmente, toman como método la Etnografía, ponen en evidencia conocimientos fundamentales sobre lo que son las comunidades quilombolas, sus modos de vida y la dificultad de acceso a sus derechos. Al dar voz a las historias de la remanencia quilombola o como se dio el proceso de certificación, estas producciones toman como propósito una reflexión más amplia sobre la dimensión política que se enuncia con la construcción de un objeto de esta naturaleza. ¿De qué manera el tratamiento del tema “quilombolas” ha colaborado para aumentar la visibilidad de estos sujetos como sujetos de reconocimientos normativos? ¿Qué se sabe sobre sus luchas por el rescate de territorios? ¿Qué cuestiones, en este sentido, han sido relevantes para el campo de la educación?

La Universidad del Estado de Bahía (UNEB) viene produciendo, a lo largo de más de 20 años, un conjunto expresivo de trabajos sobre el tema: participación en textos antropológicos, cursos de extensión, monografías, disertaciones y tesis sobre la vida en las comunidades negras rurales de Bahía y los modos de diálogo entre la educación escolar y las especificidades étnico-culturales de las comunidades quilombolas. Las producciones reunidas en el departamento de Educación y en el Programa de Postgrado en Educación y Contemporaneidad de la UNEB, vienen a ampliar la perspectiva de darle visibilidad a las “comunidades tradicionales”, históricamente marginadas, como quilombolas, Indígenas, asentados, comunidades pesqueras. Así, el tema de este dossier organizado por José Mauricio Arruti (UNICAMP) y Marcos Luciano Messeder (UNEB), se alinea con el perfil de producciones de la UNEB y viene a reforzar la perspectiva de la defensa de los grupos oprimidos y subalternizados, al dar visibilidad a las realidades específicas de los quilombos en Brasil.

Este dossier fue finalizado en un momento en que Brasil experimenta la ausencia de diálogo y de políticas efectivas dirigidas a la atención de los derechos de grupos minoritarios. A mediados de agosto de este año, líderes quilombolas e indígenas acamparon en Brasilia, frente al Supremo Tribunal Federal (STF), para aguardar el resultado del juicio de acciones vinculadas a la demarcación de tierras. En esta sesión plenaria del STF, que fue suspendida, debería haber sido juzgada la Acción Directa de Inconstitucionalidad (ADIN), propuesta por el Partido Demócratas (DEM), con el objetivo de derribar el decreto 4.887/2003, del presidente Luiz Inacio Lula da Silva, que estableció reglas para la identificación y demarcación de tierras ocupadas por remanentes de las comunidades quilombolas. A la espera de avances -y no retrocesos- expresamos nuestra posición, a través de los artículos aquí publicados, en compromiso con los remanentes quilombolas, creyendo que la Universidad es también el lugar de fortalecimiento de luchas por el mantenimiento de derechos ya obtenidos en la constitución.

Agosto de 2017

Lívia Fialho Costa
Editora Científica

**Temas y plazos de los próximos números de la Revista FAEEBA:
Educación y Contemporaneidad**

Nº	Tema	Plazo de presentación	Lanzamiento	Coordinadores
50	Educación y Accesibilidad Cultural	30/07/2017	Septiembre/Diciembre 2017	Luciene Maria Santos – UNEB Admilson Santos – Faced/UFBA